

As potencialidades históricas e políticas da opção por uma Frente Anticapitalista hoje

Rodrigo Oliveira Fonseca,
militante da Base Eloy Martins e
membro do Comitê Regional do PCB no RS

Vivemos no PCB um momento ímpar, e é a conjugação certa de três fatores o que tem nos empurrado para novas condições de inserção dos comunistas na luta de classes no Brasil: estudo sério e antidogmático do socialismo do século passado, rejeitando leituras simplistas e maniqueístas; reconsideração da natureza do partido e de suas estruturas, rejeitando o liberalismo e a frouxidão organizativa; e atuação decisiva e destacada em frentes estratégicas, como a luta pelo petróleo e a reconstrução do sindicalismo brasileiro a partir das suas bases, e não via acordos de cúpulas pretensamente mais avançadas. Ou seja, estudar, organizar e lutar, numa unidade dialética que se retroalimenta, com esses direcionamentos referidos, poderá levar-nos a ocupar novamente um lugar destacado em nossa formação histórica.

Para que a reconstrução revolucionária não fique pelo caminho, porém, e para que possa também implicar num processo de revolução permanente que extravase mesmo o interior do partido e atinja ao conjunto disperso de comunistas brasileiros e o proletariado, é preciso analisar com atenção algumas formulações que têm sido propostas. Uma delas é a de constituição de uma Frente Permanente Anticapitalista, provavelmente a mais ambiciosa, e que exigirá de todos nós muitas superações.

A defesa e a realização de sólidas alianças políticas – entre diferentes classes sociais (não-antagônicas) e setores de classe – é quase uma obsessão dos comunistas ao longo de sua existência, ainda que seja sempre um elemento de grande debate. Os comunistas sabem que não são a única força capaz de trazer aportes à luta de classe, como sabem que o proletariado é multifacetado e pode contar com outras classes exploradas e dominadas pelo capital. Se o compromisso é de fato fazer história, e não apenas ter razão na interpretação dos fatos, estamos obrigados a *contrair matrimônios* em meio à realidade de nossa formação social. Dito de outra forma: não podemos temer certos casamentos com as expressões concretas do proletariado e os setores que efetivamente disputam a sua direção política de forma sincera, abnegada e no interesse próprio da classe. Aos parasitas e traidores, o nosso maior rechaço. Aos lutadores do proletariado, nossas mãos estendidas e nosso tempo compartilhado para agirmos juntos. Sem isso a teoria fica manca e não gera práxis revolucionária para mover a história. Sem isso não produziremos uma força moral capaz de animar um bloco histórico contra-hegemônico.

CASAMENTOS E SEPARAÇÕES QUE CUSTARAM MUITO AO PROLETARIADO

Temos, porém, amargas lições tiradas de alguns casamentos mal feitos. Parteira do nosso tempo, criadora das distinções clássicas entre esquerda e direita, eis a Revolução Francesa. Dirigida à esquerda pelos jacobinos, minoria radicalizada que tentou se impor pelo terror, os trabalhadores foram politicamente apagados no universalismo burguês, traídos e depois transformados em bucha de canhão no império napoleônico. A despeito do seu significado histórico mais profundo para os trabalhadores, de ampliação do

controle do capital sobre a nossa classe, a aliança do proletariado com a burguesia “progressista” esteve por muito tempo no horizonte de diversas organizações comunistas, em meio à leitura etapista e economicista do desenvolvimento histórico das formações sociais. Neste aspecto, essa leitura da II Internacional sobreviveu dialeticamente (e residualmente) dentro da III Internacional, sobretudo nas orientações dadas às economias periféricas e “atrasadas”.

Temos também algumas controversas lições da própria Revolução Russa, que foi uma revolução feita *contra* a leitura esquemática do materialismo histórico, na qual somente a partir do pleno desenvolvimento capitalista e de suas forças produtivas haveria condições para o protagonismo do proletariado. A Revolução Russa, do início ao fim, é uma lição de que a teoria revolucionária precisa ser constantemente desenvolvida frente às condições concretas de luta das classes revolucionárias, sob pena de não ser teoria revolucionária. Os russos não ficaram na sombra de Marx, tiveram competência histórica para criar novas luzes, fazendo uma revolução em nome das insígnias de *paz, pão e terra* para o povo e *todo o poder aos soviets*.

No que diz respeito à aliança de classes, se o símbolo da unidade entre camponeses e operários (a foice e o martelo) virou o próprio símbolo do comunismo e de quase todos os seus partidos no mundo, não podemos falar, entretanto, que esta aliança tenha sido o elemento determinante da condução do processo revolucionário.

A orientação política de Trotsky, Preobrajensky, Kamenev, Zinoviev e outros – que se opunham às concessões da NEP e suas consequências para as condições de vida do proletariado urbano – acabou por fim sendo brutalmente implementada por Stálin e pelo conjunto da direção do PCUS, já em processo de eliminação das divergências no partido e na sociedade. Abandonados os intensos debates, os “passos para trás” da época de Lênin e os sacrifícios do proletariado urbano na manutenção da aliança com o campesinato, aceleraram-se as transformações no campo, com o custo do fim (na prática) da aliança de classes que tinha sustentado a derrubada do tzarismo.

Importa sabermos que a luta de classes sempre continua, mesmo que sob outras formas e terrenos, até que o Estado enquanto instância de dominação de classe tenha condições de ser historicamente superado.

Enfim, o tratoramento das posições de classe do segmento que representava a maioria do povo russo – o tratoramento do campesinato (e não apenas dos camponeses ricos) – acabou se voltando depois contra o próprio proletariado urbano, que perdeu seus espaços autônomos de exercício do poder, seu protagonismo político e cultural, assistiu ao fim das vanguardas e ao direito ao dissenso, em meio a uma vontade política de unificação da sociedade contra os inimigos externos, jogando as contradições reais da formação social russa para debaixo do tapete e para a Sibéria.

Entretanto, se soubermos tirar lições dos casamentos e separações promovidas pelos comunistas, não precisaremos temer novas alianças, desde que realizadas sob o signo da consciência de classe de que temos um mundo inteiro a ganhar, não temos nada a perder a não ser os nossos grilhões.

FORMULAÇÕES RECENTES DO PCB QUANTO À FRENTE ESTRATÉGICA

Nas resoluções do X Congresso, de 1993, texto que me trouxe para o partido em 1994 pela coragem de enfrentar criticamente os descaminhos do socialismo no Leste, defendemos *“uma frente política com os partidos e organizações revolucionárias (como o PCdoB, PSTU, parte do PT, MR-8, além de grupos avulsos), com o objetivo de atuar unida nos movimentos sociais e políticos, bem como aprofundar o debate sobre as questões do socialismo e começar a construir conceito unitário sobre o processo revolucionário no Brasil.”* Em seguida afirmamos a diversidade de vias possíveis para a luta revolucionária, o apoio ao direito de rebelião das massas, a necessidade de um trabalho especial junto à juventude e à população dos bairros pobres e favelas e a importância do internacionalismo.

Eliminando-se o PCdoB e o MR-8, que são hoje, muito claramente, operadores políticos parasitários que desarmam o proletariado para a luta de classes, representando (juntamente a outros setores) as posições burguesas no interior da classe, e considerando-se que a “parte do PT” com a qual contávamos então nessa frente estratégica é praticamente formada pelos setores que saíram desta organização (como a Alternativa Sindical Socialista, a Refundação Comunista, algumas correntes do PSOL, e outros agrupamentos), temos aí o próprio recorte estabelecido na esquerda brasileira com o advento do governo Lula. Esta frente estratégica de 1993, atualizada com o aporte fundamental de organizações que surgiram mais recentemente e dos movimentos populares que ampliaram a sua ação política para além de suas demandas específicas, marca o campo que efetivamente encontramos nas lutas – apesar disso não implicar de forma alguma em atuação unitária e muito menos na construção de um conceito unitário sobre a revolução brasileira.

Nas resoluções do XI Congresso, de 1996 – documento em sua maior parte ignorado pela direção da época, que veio preparando por dentro uma guinada em direção a alianças com o PCdoB, linha depois consolidada no XII Congresso –, defendíamos a formação de uma Frente de Esquerda Classista, de caráter estratégico, centrada na Unidade de Ação, sem espaço para tendências social-democratas, e com uma tarefa difícil e peculiar, a de *“romper com o histórico divórcio com os trotskistas, na unidade de ação, no cotidiano das lutas populares”*. Assim como a que defendemos hoje, esta frente deveria ser mais ampla que as organizações partidárias e revolucionárias, sem cair, entretanto, no espontaneísmo e no aventureirismo.

Neste congresso de 1996 fez-se também toda uma reflexão sobre a luta direta das massas, empreendida por novos movimentos sociais que evidenciavam a *“diversidade das formas de opressão e a ausência das entidades de massa convencionais nas comunidades e segmentos sociais em que muitos desses movimentos surgem.”* Dada a violência crescente do capital contra os trabalhadores e a institucionalização dos partidos de esquerda com representação parlamentar, defendemos a *“necessidade de encontrar novas, criativas, mais avançadas e radicalizadas formas de luta das massas”*. A luta direta foi então apontada como o caminho para a construção do socialismo em nosso país, aprofundando a reflexão de 1993 quanto à necessidade de nos aproximarmos dos segmentos mais empobrecidos do proletariado, e de sua juventude, que vinham desenvolvendo formas diferenciadas de resistência à dominação capitalista.

O partido, enquanto “príncipe moderno”, cérebro coletivo e operador político na luta de classes, está atualizando e superando dialeticamente as fragilidades de algumas formulações passadas. A dificuldade maior, porém, sempre será como encarnar as profundas reflexões e os corajosos encaminhamentos que temos produzido, e transformarmos os textos em pretexto e orientação efetiva da ação de cada militante e cada célula do partido. Como um camarada dirigente nos disse em recente atividade realizada no RS, “o papel aceita qualquer coisa”. Cabe a nós tomarmos isso como provocação positiva, como lenha na fogueira da nossa decisão em oferecer uma organização revolucionária para o proletariado brasileiro.

DESAFIOS BEM MAIORES QUE O PCB

O PCB, para além de seus textos e sua história, é formado por camaradas homens e mulheres, por jovens de pouca, média e muita idade, que com suas potencialidades e limitações, vícios e virtudes, fazem do partido um organismo vivo. Há que se reconhecer que são diferenciados os ritmos e até mesmo o nível de comprometimento dos militantes com o partido e suas deliberações, sobretudo pela sobrevivência de algumas heranças do velho partidão as quais precisaremos superar se quisermos estar à altura da sua história e seus propósitos.

Temos com razão festejado a superação de divergências *de fundo* que coabitaram e seguraram em parte o crescimento do PCB desde 1993: não há mais reformistas enrustidos e carreiristas pelegos entre nós. Superamos o debate *Reforma x Revolução*, que ainda perpassa algumas organizações comunistas no cenário mundial. Mas quero propor aqui a seguinte reflexão: será que basta justeza na linha política e nas práticas de uma organização para que sejam criadas as condições necessárias ao avanço das posições de classe que ela defende? Dito de outra forma, e indo mais direto ao ponto: não necessitamos de espaços muito mais amplos e autônomos para a formação política da classe do que os espaços tradicionais do parlamento (na lógica do “acúmulo eleitoral” do oportunismo de direita) e das entidades representativas (na lógica da constituição de “direções revolucionárias” do oportunismo de esquerda)? Em que ponto a concepção de Poder Popular, como duplicidade de poderes, toca na proposta de uma Frente Permanente Anticapitalista, tida como estratégica?

Eis então o eixo da tese desta minha contribuição ao debate: se a Frente Anticapitalista puder se materializar não apenas em programas mas sobretudo em espaços de empoderamento popular, onde a vanguarda seja obrigada a lidar diretamente com as expressões reais do proletariado que desperta para a luta de classes, e se as células do partido focarem a sua atuação na constituição destes espaços de organização e luta direta, então teremos conseguido um espaço privilegiado não apenas para a formação de uma vanguarda comunista para dirigir o partido como, sobretudo, para disputar a hegemonia no Bloco Histórico Proletário e Popular.

A seguir, pontuo duas questões que provocam e desenvolvem esta tese.

A FRENTE ANTICAPITALISTA SURGE DE ONDE? DA DECISÃO DO PCB?

Tal frente, com o nome e a forma que vier a assumir, não surge apenas da decisão de um ou mais partidos e organizações. Para ser um acontecimento histórico da luta de classes

no Brasil, deverá ser uma realidade construída a partir da dispersão real em que as lutas se dão, por baixo e a partir de diferentes sujeitos políticos, que expressam a diversidade das demandas e experiências de luta do proletariado. Tal frente deverá surgir do acúmulo de diferentes frentes anticapitalistas em diferentes espaços de atuação dos comunistas e seus aliados estratégicos.

Deste modo, fica claro que não nos bastará a unidade de ação, que tradicionalmente aparece nas formulações de frente estratégica do PCB. Mais próximo da tarefa de "aprofundar o debate sobre as questões do socialismo e começar a construir conceito unitário sobre o processo revolucionário no Brasil", como presente em nossas resoluções de 1993, será fundamental avançar para a unidade dos operadores políticos revolucionários em torno de uma determinada ação, ou um determinado conjunto de ações, dedicadas à constituição de espaços de Poder Popular, de caráter permanente.

NÃO É ARRISCADO INVESTIR NA FORMAÇÃO DE FRENTE E ESPAÇOS AUTÔNOMOS?

Do medo de casar ao medo de ter filhos. Qual o conteúdo de nossa crítica à Conlutas? Por que ela está tão longe de ser um exemplo de Frente Anticapitalista? Não é pelo fato de representar a constituição de uma frente artificial de aparelhos, monoliticamente dirigidos de cima por um partido? É preciso dizer com todas as letras que a relação dos partidos com as frentes de luta não pode ser a de correia de transmissão, sob a pena de isolar as direções e estas passarem a dirigir exclusivamente os seus próprios militantes e os membros mais passivos da classe, incapazes de apontar e corrigir os desvios e acomodações das direções.

Algumas vezes se fala em autonomia relativa, operacional,... do tipo: *ter independência para pagar suas contas, tudo bem; ter independência para pensar com a própria cabeça, aí já é demais!* Se queremos, porém, brindar o proletariado brasileiro com um referencial de lutas que seja muito maior que a soma de suas organizações políticas revolucionárias, esse medo não pode existir entre nós. É o próprio medo de fazer história sob o risco de ela não sair do jeito que nós gostaríamos – que é o que sempre acontece! Viver e lutar é sempre arriscado, e batalhar pela autonomia dos espaços de Poder Popular nos obrigará a estarmos sempre disputando a sua direção política, e ainda servirá como defesa da classe, sobretudo nos momentos em que não estivermos com a linha justa ou que se precisar criar outros espaços e outras frentes.

Se colocarmos como propósito central para a frente estratégica a constituição de espaços de poder proletário e popular, ou seja, se o nosso maior compromisso enquanto Frente Anticapitalista for a luta pelo Poder Popular, estaremos efetivamente construindo o socialismo em nosso cotidiano, as suas condições subjetivas, o seu "Estado-maior".

É patente o que acontece com a maior parte dos (ainda que esclarecidos e bem intencionados) líderes da classe que se jogam e são jogados nos espaços de representação da sociedade política e da sociedade civil burguesa: dotados de mandato parlamentar ou executivo, os revolucionários viram reformistas; na direção dos sindicatos, os trotskistas viram stalinistas; e todos eles juntos passam a agir de modo a reproduzir seus mandatos e aparelhos.

Ainda que não se possa ou não se deva abrir mão de atuar nas eleições burguesas e nas entidades representativas dos trabalhadores, tem avançado a passos largos no PCB a compreensão dos limites destas instâncias de representação da classe à distância, e que a perspectiva de construção do socialismo deve se pautar na *duplicidade de poderes*, o que **já se materializa em nossa luta sindical** pela Organização por Local de Trabalho **e também já se materializa na propaganda de nossas candidaturas eleitorais** em favor da constituição de Conselhos Populares.

Ou seja, o PCB já é, há tempos, um partido que sente a necessidade do protagonismo proletário e popular, e faz deste o próprio conteúdo do Poder Popular, da luta estratégia para que a revolução seja um processo orgânico e de longo prazo em que o proletariado vai se preparando para ser classe dirigente, com a atuação decisiva de suas vanguardas – e não uma simples “tomada” do Palácio do Planalto e dos aparelhos de gestão da burguesia. O PT, o PCdoB e a Frente Popular mostraram que não há necessidade de se fazer revoluções no Brasil para chegar aos postos de poder da burguesia. Estes postos não são neutros, foram criados e são mantidos para nos manter sob a mais brutal exploração e ditadura do capital, e deverão ser derrotados pelos novos aparelhos de poder do proletariado.

Respondendo agora à pergunta acima feita, digamos que sim, que é arriscado investirmos na formação de frentes e espaços autônomos do proletariado. É mais que arriscado para a perpetuação das estruturas de poder da burguesia.